

B. KUCINSKI

K.

Relato de uma busca



Copyright © 2011, 2016 by Bernardo Kucinski
1^a edição Expressão Popular, 2011
2^a edição Expressão Popular, 2012
3^a edição Cosac Naify, 2014

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Alceu Chiesorin Nunes

Revisão

Carmen T. S. Costa
Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Kucinski, Bernardo

K. : relato de uma busca / B. Kucinski. São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

ISBN 978-85-359-2763-4

1. Ficção brasileira I. Título.

16-04327

CDD-869.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção : Literatura brasileira 869.3

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORIA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

- As cartas à destinatária inexistente, 13
- Sorvedouro de pessoas, 16
- A queda do ponto, 26
- Os informantes, 30
- Os primeiros óculos, 38
- O matrimônio clandestino, 41
- Carta a uma amiga, 46
- Livros e expropriação, 49
- Jacobo, uma aparição, 53
- A cadela, 60
- Nesse dia, a Terra parou, 63
- A abertura, 65
- A *matzeivá*, 73
- Os desamparados, 79
- Imunidades, um paradoxo, 83
- Dois informes, 86
- Baixada Fluminense, pesadelo, 90

- Paixão, compaixão, 95
Um inventário de memórias, 108
A terapia, 113
O abandono da literatura, 125
O livro da vida militar, 129
Os extorsionários, 135
A reunião da Congregação, 141
As ruas e os nomes, 149
Sobreviventes, uma reflexão, 154
No Barro Branco, 157
Mensagem ao companheiro Klemente, 163
Post Scriptum, 168
- Agradecimentos*, 169

As cartas à destinatária inexistente

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro. A mais recente apresentava um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas; tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida. Basta assinar e devolver no envelope já selado, dizia essa última carta.

Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inverte há mais de três décadas? Sei que não há má-fé. Correio e banco ignoram que a destinatária já não existe; o remetente não se esconde, ao contrário, revela-se orgulhoso em vistoso logotipo. Ele é a síntese do sistema, o banco, da solidez fingida em mármore; o banco que não negocia com rostos e pessoas e sim com listagens de computador.

A destinatária jamais aceitará a proposta mesmo não havendo cobrança de anuidade, mesmo podendo acumular pontos de milhagem e usar salas VIP nos aeroportos, tudo isso que ela teria mas não terá,

tudo isso que quase não havia quando ela existia e que agora que ela não existe lhe é oferecido; inventário de perdas da perda de uma vida.

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descansasse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o cartei- ro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos fi- lhos e netos.*

Por que meu antigo endereço? Imaginei que num daqueles mo- mentos incertos de fugas e dissimulações, de esquinas dobradas às pres- sas, ela tivesse dado ao banco o meu endereço para não ter que dar endereços outros, genuínos mas proibidos; fiquei imaginando em que etapa da tragédia em gestação isso aconteceu, que outro endereço pos- suía ela então, ou que outros endereços no plural, pois, como depois vim a descobrir, eram muitos, achando que com isso ludibriaria o destino.

De fato, não eram lares, lugares de criar filhos e receber amigos; eram antimoradas, catacumbas de se enfurnar por meses, como os cristãos em Roma, ou apenas semanas ou dias, até que alguém caía e recomeçavam as escapadas, a busca frenética de novo esconderijo.

Por isso ela teria fornecido não o endereço de sua catacumba do momento, e sim o da casa em que eu, minha mulher e meus filhos vivemos durante trinta e três anos; onde hoje mora o filho mais velho e meu neto, e onde tenho meu escritório, minha mulher tem sua hor- ta e seu ateliê e meu neto tem seus dois cachorros e seus brinquedos.

Só então me dei conta de que se tivesse vendido essa casa, como

* Na mitologia judaica, o Dybbuk é a alma insatisfeita que se cola a uma pessoa, em geral para atormentá-la. A palavra vem do hebraico *Devek*, que significa “cola”.

tantas vezes cogitei, teria perdido as referências de metade da minha vida. Só então entendi o filho mais velho que disse não, essa casa não é para vender nunca. Para ele, essa casa é o lugar da totalidade de suas lembranças.

Mas não foi o que aconteceu. Essa casa ela nunca conheceu. Fiz a contagem dos tempos e descobri que já haviam transcorrido seis anos de seu desaparecimento, quando compramos a desgastada casa de velhos imigrantes portugueses. Não, ela nunca conheceu a nossa casa. Nunca subiu os degraus íngremes do jardim da frente. Nunca conheceu meus filhos. Nunca pôde ser a tia de seus sobrinhos. Eu sempre lamentei em especial essa consequência de tudo o que aconteceu.

Se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Mistério. Como teria seu nome se colado ao meu endereço, nessa nebulosa da internet, na qual nada é deletado? O mais provável é que eu mesmo tenha associado nome a endereço; será quando requeri a declaração de ausência? Será quando pedi ao advogado que desse trâmite ao espólio? Será quando exigi da universidade a revogação do ato ignobil de sua expulsão por abandono de função? Nunca saberei quando isso aconteceu. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar.

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos.

São Paulo, 31 de dezembro de 2010

Sorvedouro de pessoas

A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona. Depois, ele culparia a ausência dos ritos de família, ainda mais necessários em tempos difíceis, o telefonar uma vez por dia, o almoço aos domingos. A filha não afinava com sua segunda mulher.

E como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele, escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche,* essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? Quem sabe? Que importa o iídiche?

* O iídiche é falado pelos judeus da Europa Oriental e teve seu apogeu no início do século xx, quando se consolidou sua literatura; sofreu rápido declínio devido ao Holocausto e à adoção do hebraico pelos fundadores do Estado de Israel.

Nada. Uma língua-cadáver, isso sim, que eles pranteavam nessas reuniões semanais, em vez de cuidar dos vivos.

Associava o domingo à filha desde quando lhe trazia regalos no dia da feira. Súbito, lembrou rumores da véspera, no Bom Retiro; dois estudantes judeus da medicina teriam desaparecido, um deles, dizia-se, de família rica. Coisa da política, disseram, da ditadura, não tinha a ver com antisemitismo. Também sumiram outros, não judeus, por isso a Federação decidira não se meter. Esse era o boato, talvez nem fosse verdade; pois não diziam quem eram os rapazes.

Foi o rumor que o fez inquieto, não foi o domingo. Passou o dia discando um número de telefone que a filha lhe dera para urgências, mas o toque ecoava solitário. Sem resposta, nem à uma da madrugada, quando ela deveria estar de volta mesmo que tivesse ido ao cinema, de que tanto gostava, decidiu procurá-la no dia seguinte na universidade.

Naquela noite sonhou ele menino, os cossacos invadindo a sapataria do pai para que lhes costurasse as polainas das botinas. Despertou cedo, sobressaltado. Os cossacos, lembrou-se, haviam chegado justo no Tisha Beav,* o dia de todas as desgraças do povo judeu, o dia da destruição do primeiro templo e do segundo, e também o da expulsão da Espanha.

Sem saber o que temer, mas já temendo, e sem acordar a mulher, tirou o Austin da garagem e dirigiu rumo ao campus da universidade, distante na planície, do outro lado do emaranhado de arranha-céus. Conduzia devagar, demorando-se ao atravessar o centro, como se não quisesse chegar nunca; os

* Literalmente, o nono dia do mês de Av do calendário judaico, considerado maldito.

sentimentos alternando-se entre a certeza de encontrá-la trabalhando normalmente e o medo do seu contrário. Por fim, atingiu o Conjunto das Químicas, onde estivera uma única vez, havia anos, quando a filha defendera seu doutorado perante um grupo de professores de semblantes severos, alguns deles formados ainda na Alemanha.

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. Então revelaram que havia onze dias que ela não aparecia. Sim, com certeza, onze dias, contando dois finais de semana. Ela, que nunca deixara de dar uma única aula. Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos.

Insatisfeito, agitado, K. queria ouvir outras pessoas — quem sabe os superiores da filha tinham alguma informação? Se ela tivesse sofrido um acidente e estivesse hospitalizada de certo teriam contatado a universidade. As amigas alarmaram-se. Não faça isso. Por enquanto, não. Para dissuadi-lo, moderaram a fala, pode ser que ela tenha viajado, se afastado por alguns dias por precaução. Desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder.

Persuadido a não procurar as autoridades universitárias, K. dirigiu em agonia do campus até um número da rua Padre Chico, que a filha lhe dera havia tempos, com a recomendação de só a procurar nesse endereço se acontecesse algo muito grave e ela não atendesse ao telefone. Um absurdo ele não ter

questionado isso de só visitar se for grave, de só telefonar se for urgente. Onde ele estava com a cabeça, meu Deus?

Era um sobradinho geminado, dando diretamente para a rua, espremido entre uma dezena do mesmo tipo. Ao pé da porta, folhetos e jornais empoeirados denunciavam ausência prolongada dos moradores. Ninguém atendeu seus apertos inquisitivos de campainha.

Pronto, estava instalada a tragédia. O que fazer? Os dois filhos, longe, no exterior. A segunda esposa, uma inútil. As amigas da universidade em pânico. O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só.

Passou a listar hipóteses. Quem sabe um acidente, ou uma doença grave que ela não quisesse revelar. A pior era a prisão pelos serviços secretos. O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível. Isso ele sabia muito bem.

K. rememorou cenas recentes, o nervosismo da filha, suas evasivas, isso de chegar correndo e sair correndo, do endereço só em último caso e com a recomendação de não passá-lo a ninguém. Atarantado, deu-se conta da enormidade do autoengano em que vivera, ludibriado pela própria filha, talvez metida em aventuras perigosíssimas sem ele desconfiar, distraído que fora pela devoção ao iídiche, pelo encanto fácil das sessões literárias.

Ah, e o erro de ter se casado com aquela judia alemã só porque ela sabia cozinhar batatas. Malditos os amigos que o convenceram a se casar de novo. Malditos sejam todos. Ele, que nunca blasfemava, que tolerante aceitava as pessoas como elas eram, viu-se descontrolado, praguejando. Pressentiu o pior.

Pelo telefone, o amigo escritor, também advogado, orientou-o a dar queixa na Delegacia de Desaparecidos, embora advertindo que de nada adiantaria, era uma obrigação formal de pai. Ditou-lhe o endereço, na Brigadeiro Tobias, sede central da polícia. K. perguntou se ele ouvira falar do sumiço de dois alunos judeus da medicina. Sim. Era verdade. Já fora procurado por uma das famílias. E o que ele ia fazer? Nada. Nas prisões de motivação política, os tribunais estavam proibidos de aceitar pedidos de habeas corpus. Não há nada que um advogado possa fazer. Nada. Esta é a situação.

Na polícia fizeram ao velho poucas perguntas. A maioria dos desaparecidos eram adolescentes que fugiam de pais bêbados e padrastos que espancavam. K. explicou que a filha era professora da universidade em grau de doutora, era independente e morava só. Tinha seu próprio carro; não seria alguma coisa política?

Não quis se abrir com o delegado, apenas insinuou. Por isso também não lhe deu o endereço da Padre Chico, deu o seu como sendo o dela e o da loja como se fosse o seu. Sem perceber, K. retomava hábitos adormecidos da juventude conspiratória na Polônia. O delegado de plantão não gostou da conversa. Em casos políticos, estava proibido de se meter. Mas, condoído, registrou a queixa. Ele que esperasse e não falasse mais em política.

Procurar? Não, a polícia tinha mais o que fazer; uma pro-

fessora universitária, de quase trinta anos, adulta e vacinada. Ele que esperasse, uma circular com a fotografia chegaria a todas as delegacias. Se ele não fosse avisado em cinco dias, podia tentar o Instituto Médico Legal, para onde encaminhavam corpos não identificados de vítimas de atropelamentos e outros acidentes. Disse isso constrangido.

Assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais maldormido. No vigésimo dia, depois de mais uma incursão inútil ao campus e à casa da Padre Chico, recorreu aos amigos do círculo literário; os mesmos que por descontrole havia amaldiçoado. Quem sabe conheciam alguém que conhecesse alguém outro, na polícia, no Exército, no SNI, seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços. Com exceção do advogado, eram uns pobretões que não conheciam ninguém importante. O advogado mencionou vagamente um líder da comunidade do Rio que tinha acesso aos generais. Tentaria saber mais.

K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha, outro preceito dos tempos da juventude. E não passava um dia sem que tentasse algo pela filha. Já não fazia outra coisa. Para dormir, passou a tomar soporíferos. Quando se completaram vinte e cinco dias, reuniu coragem e foi ao Instituto Médico Legal.

Falou da inexplicável ausência da filha, sem mencionar política. Mostrou sua foto de formatura, solene. Depois mostrou outra, diferente, ela magra e de olhar sofrido. Não, os funcionários não associavam aquele rosto a nenhum dos poucos cadáveres femininos, todos negros ou pardos. Quase todos, indigentes. Para dizer a verdade, deve fazer mais de ano que não chega aqui um corpo não identificado de mulher branca.

K. saiu do IML aliviado; mantinha-se a esperança de encontrá-la viva. Mas as fotografias do álbum dos indigentes e desconhecidos o deprimiram. Nem na época da guerra na Polônia deparara com rostos tão maltratados e olhos tão arregalados de pavor.

Foi então que, obcecado, passou a abordar fregueses que vinham pagar a prestação na loja, vizinhos da avenida, e até desconhecidos. A todos contava a história da filha. E seu fuzilhava também sumiu, ele enfatizava. A maioria ouvia até o fim em silêncio, depois davam-lhe eventualmente um tapinha nas costas encurvadas e diziam: eu sinto muito. Alguns poucos o interrompiam já no início, alegando hora marcada no médico, ou um pretexto parecido como se ouvir já os colocasse em perigo.

No trigésimo dia do sumiço da filha, K. leu no *Estado de São Paulo* uma notícia que se referia, embora de modo discreto, a desaparecidos políticos. O arcebispo havia convocado uma reunião com “familiares de desaparecidos políticos”.

Estava escrito assim mesmo: “familiares de desaparecidos políticos”.

K. nunca entrara num templo católico, tal o estranhamento nele provocado pela penumbra silenciosa das igrejas e pelas imagens de santos, que vislumbrava por entre vãos de porta. Tinha pelo catolicismo repulsa atávica, à qual somava desprezo pelas práticas religiosas todas, inclusive as do seu próprio povo. Na verdade, não era das pessoas e suas crenças que ele não gostava, era dos sacerdotes, fossem padres, rabinos ou bispos; ele os tinha como hipócritas. Mas, naquela tarde, nada disso importava. Uma autoridade importante, um arcebispo, ia falar sobre as estranhas desaparições.

Ao entrar no salão central da Cúria Metropolitana, K. sentiu o quanto o sumiço da filha já o havia mudado. Foi com simpatia que contemplou a imagem barroca da Virgem Maria situada no saguão, e outras de santos que desconhecia, postadas nos cantos. Quando chegou, a reunião já começara. Havia sessenta pessoas ou mais nas cadeiras bem mais numerosas dispostas no salão. Quatro senhores sisudos que pareciam advogados coordenavam o encontro, sentados em forma de meia-lua de frente para o público; uma freira escrevia num grande caderno.

Falava uma senhora de muita idade, talvez passando dos noventa, franzina, miúda, de óculos na ponta do nariz e cabelos brancos; seu marido voltava do exílio por Uruguaiana, chegou até um ponto de encontro pré-combinado, do lado de cá da fronteira, e desapareceu por completo, sem deixar vestígio, como se tivesse evaporado ou anjos o tivessem alçado aos céus. Um dos filhos tentou rastrear seus passos, foi a todos os hospitais, delegacias, estações de ônibus de Uruguaiana e nada, nenhum sinal. O filho, ao lado, corroborava o relato.

Depois falou outra senhora, de seus cinquenta anos, que se apresentou como esposa de um ex-deputado federal. Dois policiais vieram à sua casa, pedindo que o marido os acompanhasse à delegacia para prestar alguns esclarecimentos. Ele foi tranquilo, pois embora seu mandato de deputado tivesse sido cassado pelos militares, levava vida normal, tinha escritório de advocacia. Desde então, havia oito meses, nunca mais o viram. Na delegacia disseram que ele ficou apenas quinze minutos e foi liberado. Mas como? Como poderia ter desaparecido assim por completo? Essa senhora, muito elegante, estava acompanhada de quatro filhos.

Mais relatos de sumiços; todos queriam falar. E queriam ouvir. Queriam entender. Talvez do conjunto de casos surgisse uma explicação, uma lógica, principalmente uma solução, uma maneira de pôr fim ao pesadelo. Uma jovem de não mais que vinte anos pediu para falar em nome de um grupo sentado à sua volta, “familiares dos desaparecidos do Araguaia”, disse ela. K. pela primeira vez ouvia alguém falar do Araguaia; ficou sabendo que muitos rapazes tinham sido presos pelas Forças Armadas no meio da floresta amazônica e executados lá mesmo.

O que trazia aquele grupo à reunião era algo insólito. O Exército alegava que nada disso tinha acontecido, apesar de um dos presos, apenas um, ter escapado e testemunhado tudo. Os familiares queriam enterrar seus mortos — que eles já sabiam mortos, mais de cinquenta, diziam, sabiam até a região aproximada em que foram executados, mas os militares insistiam que não havia corpo nenhum para entregar.

Um rapaz encontrou-se com a esposa no Conjunto Nacional para almoçarem juntos e os dois nunca mais foram vistos. À medida que falava, a mãe do rapaz mostrava aos vizinhos de assento as fotos do filho, da nora e do netinho. Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos”. Também trazia fotos dos filhos. Depois dele, K. tomou coragem e contou a sua história.

Já havia caído a noite e os relatos prosseguiam. Variavam cenários, detalhes, circunstâncias, mas todos os vinte e dois casos computados naquela reunião tinham uma característica

comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios. Era como se volatilizassem. O mesmo com os jovens do Araguaia, embora estes já se soubesse estarem mortos. A freira anotava caso por caso. Também recolhia as fotos trazidas pelos familiares.

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os *goim** de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas.

* Plural de pessoa não judia; o singular é *goi*.

A queda do ponto

Lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram. Ali dentro, no pequeno apartamento quarto e sala, instaura-se no casal o pânico. Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça. A queda do ponto naquela manhã só se explica pela delação. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restaram.

Passaram-se apenas duas horas; as instruções são claras e peremptórias. Na queda do ponto considerar a hipótese pior, o companheiro não resistirá à tortura e entregará alguma informação. Não há tempo nem calma para o inventário preciso do que o outro sabia ou não sabia. Nesse caso, dizem também as instruções, adotar a hipótese pior — o outro tudo sabia.

Felizmente ele fora duplamente precavido. Ou será que

já suspeitava? Postara-se uma hora antes numa área recuada, distante da praça, de onde podia observar sem ser observado. E testemunhara os agentes disfarçados chegando um a um, posicionando-se nos quatro cantos, no centro, nas laterais. Pelo menos dez deles.

Depois, viu quando o contato se aproximou, cabisbaixo, pisando torto, corpo inquieto, quando sentou-se no banco previamente combinado e iniciou os cinco minutos de espera, nunca mais que cinco minutos, mandam as normas de segurança.

Ele próprio não esperou os cinco minutos. Bastou o que tinha visto. Uma armadilha. Tudo indicava que o próprio enlace se prestou a isca. Mas o traidor podia ser outro. Ele era um coordenador de área. O comando regional também sabia do reatamento do ponto.

O que fazer? Meses antes, quando o chefe caiu, a solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros, no futuro. Esta manhã a solução já não é fácil, embora o caminho seja o mesmo, o único e menos complicado do que parece. Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota.

Naquele momento, reclusos e solitários no quarto e sala, o casal não vê esse caminho; não pensam assim. Ainda avaliam graus de perigo. O companheiro que caiu sabe seus codinomes, pode entregar fragmentos de informação que levem a

nomes, cenas, locais, datas. Tentam lembrar se seguiram as regras de segurança no telefonema. Sim, fixaram na fala um dia posterior ao verdadeiro dia do encontro e a hora igualmente posterior. Sempre mencionar um dia depois e uma hora depois, diz a norma de segurança.

Precisam se apressar. Pode haver um segundo traidor, que teria aberto o ponto. Um que caiu e um que traiu. Ou ambos são um só ou são dois perigos distintos. A qualquer momento um deles os poderá entregar. Se forem rápidos, talvez consigam salvar a metade normal de suas vidas, ou seja, a própria vida.

O casal possui documentos legais, empregos estáveis, famílias, amigos, pais e mães e irmãos. A metade não clandestina de suas vidas duplas está intacta. Basta abandonar a metade secreta, deletar — como se diria hoje, usando esse neologismo tão expressivo —, não por covardia, por sabedoria. Para se preservar. Sobreviver na derrota seria, isso sim, uma vitória. Mesmo não sendo possível deletar, havia sempre o recurso de se refugiar num buraco qualquer, num sítio, numa embaixada, no arcebispado. Desde que assumissem a derrota. A chave da solução era assumir a derrota, dar a luta por encerrada.

Mas ambos perseveraram. Não agem com lucidez. Não os guia a lógica da luta política, e sim outras lógicas, quem sabe a da culpa, a da solidariedade, ou do desespero. Numa pequena maleta de executivo, depositam os dois passaportes falsos, forjados de modo rudimentar, os planos de uma ação que jamais ocorrerá porque a guerra já está perdida, um revólver e alguns cartuchos talvez nem adequados àquela arma e o pac-

to pré-nupcial, firmado para tentar isolar cada um dos riscos do outro.

Numa sacola maior, de lona, despejam documentos arduamente elaborados de denúncia, os que consideram mais valiosos. A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justiçado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua.

E os dois mimeógrafos expropriados de um centro acadêmico? Terão que ser abandonados. Assim como os livros, as dezenas de livros de história, teoria marxista e economia, o manual da guerrilha urbana do Marighella, o livro de Debray, as cartilhas de Marta Harnecker, e os imprevisíveis livros de Nietzsche propondo a força irredutível da vontade individual contra a moral dominante.

Lá fora a vida segue como sempre: o produto interno bruto a crescer; as mulheres a fazer compras, os meninos, a brincar; mendigos, a suplicar; e namorados, a se beijar. O casal pode tentar a sobrevivência, para retomar a luta depois, em outras condições, em outros termos. Mas não. A última tarefa de ambos é a inserção da pequena cápsula de cianureto num vão entre dentes. Há tempos firmaram a jura de não se deixarem pegar vivos, para não entregar companheiros sob tortura. As cápsulas de cianureto não estão no manual de conduta.